

O ENGENHO E O *MENINO DE ENGENHO*, DE JOSÉ LINS REGO: PERSPECTIVA SÓCIO- LINGÜÍSTICO-CULTURAL¹

*Maria das Neves Alcântara de Pontes*²

*“Pelo vaqueiro que vaga
Por Pinto e sua viola
Por Zumbi, o Quilombola
Conselheiro e sua saga
Pelo baião de Gonzaga
E a luta de Virgolino
O barro de Vitalino
Pelo MENINO DE ENGENHO*
Por isso tudo é que tenho
Orgulho de ser nordestino”*

(Ivanildo Vilanova)

* Grifos nossos.

O presente trabalho intitulado O ENGENHO E O MENINO DE ENGENHO, DE JOSÉ LINS REGO: PERSPECTIVA SÓCIO-LINGÜÍSTICO-CULTURAL constitui parte da nossa Pesquisa desenvolvida junto ao Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, em parceria com a Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS e o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET tem como finalidade maior evidenciar vocábulos regionais/populares,

¹ Projeto vinculado ao DLCV / Programa de Pós-Graduação em Letras / PBGÁS.

² Professora de Lingüística e Língua Portuguesa DLCV – Programa de Pós-Graduação em Letras. Doutora em Lingüística e Língua Portuguesa pela UNESP / Araraquara / SP.

considerando o nível do léxico utilizado na cultura canavieira, especificamente na realidade sociocultural do Nordeste brasileiro, a partir do mundo físico, tais como a flora, a fauna, o clima e a hidrografia, entre outros e sua repercussão na língua. Pretendendo-se constatar como a língua reflete e retrata a realidade física, social e cultural de uma região.

Averiguamos, mais especificamente, de que maneira a relação entre o tipo de linguagem utilizado pelos habitantes da região açucareira e sua cultura é retratada no vocabulário, procurando-se, conseqüentemente, detectar possíveis interpenetrações lingüísticas e extralingüísticas que agem na configuração desse vocabulário. Nossas reflexões foram orientadas por princípios teóricos especialmente da Lexicologia, da Semântica, da Sócio e da Etnolingüística indicadas na fundamentação teórica, além de textos específicos sobre a obra de José Lins do Rego, bem como dicionários gerais e específicos da língua regional.

Para atingirmos os objetivos propostos, procedemos à observação direta da obra, tendo em vista o nível lingüístico do léxico, espelho da realidade física, social e cultural da região, e, em particular, do universo açucareiro. Foram detectados os aspectos léxico-semânticos, de forma a se consubstanciar uma amostra bastante representativa do universo de *Menino de engenho*. Durante o curso das investigações, foram observadas questões específicas envolvendo o intercâmbio entre a sociedade, a cultura e a língua. Daí a necessidade dessa visão sócio e etnolingüística, numa concepção de linguagem apoiada também na Sociologia e na Antropologia Cultural.

Estabelecemos, enfim, uma análise léxico-semântica considerando a realidade sócio-lingüístico-cultural, tornando possível uma visão lingüística, específica do ambiente físico e humano do **mundo dos engenhos**.

Engenho, em sentido lato, significa “aparelho industrial”, máquina; estabelecimento fabril ou agrofábril, onde são cultivados, preparados ou beneficiados diferentes produtos ou matérias-primas. Nesta última acepção, a palavra sofre variações intensas de aplicação, designando um objeto diferente para cada região geográfica ou econômica brasileira, em que é empregada. Assim, na região Nordeste, designa o

estabelecimento agrícola e industrial em que se exerce a cultura da cana com o fabrico do açúcar.

Em Pernambuco, nos limites com a Paraíba, a palavra emprega-se, também, com relação a um aparelho rústico de larga utilização no fabrico da corda de caroá.

De todos esses significados, o mais utilizado na linguagem geral e o mais importante, do ponto de vista histórico, sociológico e econômico brasileiro, é sem dúvida, o nordestino. É nessa perspectiva pois, que repousa o objeto de nosso estudo.

O engenho de açúcar constitui elemento de exploração econômica intimamente ligado à formação histórica e social do Nordeste brasileiro, desde os tempos coloniais, prosseguindo sua atuação através do Império e da República e prolongando-se, em menor escala, até ao presente. Foi a economia canavieira que determinou a fixação das populações nordestinas, criando-lhes a base agroindustrial, constituindo-se, durante bastante tempo, a coluna mestra de toda a economia brasileira. Em seus dois principais centros históricos – Pernambuco e Bahia – o engenho de açúcar não se constituiu apenas em célula econômica, mas também em unidade social, esquematicamente figurável em pirâmide, cujo vértice era ocupado pelo proprietário aristocrata – o conhecido **senhor de engenho**. Em torno dele girava sua família, com base bastante ampla. Dadas as condições primitivas do trabalho servil, era naquela época, desenvolvida pelos escravos, constituindo o conjunto, a unidade de tipo essencialmente patriarcal. O engenho reconhecia a autoridade fortemente centralizada, pessoal e quase absoluta do **senhor da casa-grande**. A dose de despotismo dessa autoridade só encontrava limites, quase sempre, nos escrúpulos da consciência moral, religiosa ou, ainda, no temperamento individual de seus detentores.

Os **escravos** – negros importados da África ou seus descendentes – nem sempre recebiam tratamento correspondente à condição de seres humanos, mesmo considerando-se que, nos idos de 1932, não houvesse mais escravidão.

Na configuração do espaço construído, típico dos engenhos de açúcar revela-se a tríplice divisão de suas funções específicas: a **função social** que se desenrolava principalmente na **casa-grande** – habi-

tação do senhor e de sua família, mas também na **senzala** e no terreiro, e como foi esclarecido anteriormente, também na constante interação desses ambientes; a **função religiosa**, centralizada, com bastante intensidade, no âmbito do engenho; e finalmente, a **função técnica**, cujo papel principal ocorria na **casa de engenho** ou **fábrica de açúcar**, de modo geral, constituída pela **casa de purgar**, pela **casa da caldeira** e das **moendas**. Esses elementos integram o engenho como fábrica ou unidade de produção de açúcar. Este aspecto será melhor tratado mais adiante em outra parte deste trabalho.

Associado a tal sistema, pode-se dizer que, aos traços sociológicos do velho patriarcalismo canavieiro brasileiro do período colonial, não falta sequer a tradição da hospitalidade, generosa e larga, oferecida a todos os que visitavam o engenho.

Do ponto de vista histórico e técnico, o tipo mais primitivo de engenho era o movido pela força d'água – denominado **engenho d'água**. Também muito comuns eram os engenhos movidos por força ou tração animal – engenhos de cavalos, de mulas, de bois ou trapiches, também chamados **Almanjares**.

Com os progressos industriais do séc. XIX, passaram a ser utilizados os engenhos de **máquina** ou **vapor**, cujo emprego, foi, em grande parte, determinado pela relativa escassez da mão-de-obra após a abolição da escravatura. Tais engenhos a vapor, de maior tamanho, passaram a chamar-se **usinas**, enquanto que os de tipo antigo e tradicional vieram a denominar-se **bangüês**. Mas a denominação de **engenho** persistiu, embora restrita aos **bangüês** ou engenhos tradicionais, em oposição às **usinas**, distinção que, da linguagem popular, passou à legislação brasileira, com caráter oficial.

Com a decadência do **bangüê**, ou do engenho tradicional, determinada pelos processos modernos de produção em larga escala nas usinas, aliados ao transporte rápido por estradas de ferro e rodovias, o antigo senhor de engenho, ou permanece como bangüezeiro, aterrado aos seus métodos tradicionais, ou passa a ser fornecedor, o que é muito mais freqüente, deixando de produzir açúcar para limitar-se a fornecer cana às usinas. De industrial passa a mero cultivador de canavial e seu engenho deixa de ser **moente** e **corrente** para ficar de **fogo morto**.

Essas mudanças de nome, em verdade, refletem alterações muito mais profundas, de poder econômico e de prestígio social. Assim, o braço que move o engenho não é mais o do escravo. O trabalhador do açúcar agora é livre, embora, em geral, seja submetido a condições econômicas mais precárias. *Grosso modo*, os **trabalhadores do eito** são os que exercem tarefas ou que trabalham no cultivo e na colheita da cana, conforme uma extensa gama de especializações. Podem ser, **foreiros**, arrendadores de glebas de cultura que contratam seus próprios trabalhadores e **lavradores**. Etnicamente, predomina entre eles **mestiços** denominados, na obra, de “**cabras**”; os negros, entretanto, ainda podiam ser encontrados, como resquícios da escravidão. Há ainda, o **moendeiro**, o **bagaceiro**, o **caldereiro**, o **tacheiro**, o **encarregado da fornalha** ou **fornalheiro**, o trabalhador especializado, chamado **purgador** e o **maquinista**, entre outros.

A figura mais importante de todo esse processo técnico é, entretanto, o **mestre do açúcar** que, além de zelar pelo “ponto” exato em que deve ficar o xarope de açúcar, supervisiona amplamente as atividades do engenho.

A paisagem humana do engenho é completada pelas doceiras, especializadas em doces típicos de açúcar. Essa questão foi melhor tratada no campo TIPOS HUMANOS.

O engenho, nessa perspectiva, envolve as estruturas físicas construídas que o compõem, dentre as quais, destacamos a **casa-grande**, a **senzala**, e a própria **fábrica**, descrita em outro campo léxico-semântico.

A **casa-grande** constituía a residência do proprietário do engenho e tinha seus moradores, visitantes, agregados espontâneos, sem participação regular nas tarefas, quer do campo, quer dos afazeres domésticos.

Não apenas a **casa-grande** mas o **engenho**, no conjunto produtor, compunha um centro de interesse social acima do “universo fabril”. As casas-grandes dos engenhos eram incluídas no programa das visitas oficiais, dentre as quais as de Ministro, Presidente de Província e até de Imperador, etc.

Os **escravos e moradores**, de outro lado, exibiam, em tais situações, as danças de roda, coco, coro e refrão, palmas e tambores res-

sonantes; mas nessas visitas as festas aconteciam nas extensas salas das casas-grandes, no mundo senhorial e a batucada prolongava-se nos adros das senzalas e bagaceiras.

Observemos uma descrição da **casa-grande** na visão do deslumbramento de Carlos de Melo, quando de sua chegada para morar no engenho do seu avô:

"[...] no pátio da Casa-Grande, o alpendre estava cheio de gente". (ME, p.51)

[...]

"Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição. O meu avô ficava do lado direito e a minha Tia Maria na cabeceira." (ME, p.53)

A maioria dos espaços socioculturais do engenho se centralizava na **casa-grande**. Ela representa o palco das soluções dos problemas da classe menos favorecida, uma vez que constituía a sede do poder representativo do senhor de engenho. Dela faziam parte determinados hábitos e costumes envolvendo sobretudo, níveis socioculturais diferentes. São seus representantes os membros da família, os agregados, os trabalhadores de ofício, as negras da cozinha, geralmente, escravas que, em suas atividades, desempenhavam papel de destaque na intimidade da casa, com relação aos que trabalhavam fora dela e aos homens do eito.

O *status* dos que participavam da mesa do senhor de engenho era, por excelência, diferente daquele dos que trabalhavam na terra - os **homens do eito**. Grande parte da inter-relação entre patrão e empregado ocorria na **casa-grande**.

Os seguintes trechos comprovam:

"A tarde, estava meu avô sentado na sua cadeira, perto da banca, no alpendre, quando chegaram Maria Pia e a mãe. Vinham todas duas chorando. A velha corre logo para Tia Maria, ajoelhando-se aos seus pés: - Proteja a minha filha, Maria Menina." (ME, p.88)

[...]

“Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição. [...] não era, porém, somente a gente da família que ali se via. Outros homens de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade comendo calados. Eram os oficiais carpinas e pedreiros, que também se serviam com o senhor de engenho, nessa boa e humana camaradagem de repasto.” (ME, p.53-4)

Os padrões culturais da **casa-grande** se faziam perceber pela fala dos personagens, pelos modos, pela forma de vestir de seus partícipes e pelos móveis e adornos.

Pela fala: *“Nenen do seu Lula, a sua filha, educara-se nos colégios do Recife. Falava diferente do meu povo.” (ME, p.122)*

Pelos modos e pelas marcas da cultura:

“E Dona Amélia, pequenina, petrificara-se também, na etiqueta. Sabia tocar piano, casara-se com o Coronel Lula de Holanda no Recife.” (ME, p.122)
[...]

“Sentava-se como se estivesse de castigo, sem um movimento de vida, numa posição só, desde que entrava até que saía.” (ME, p.122)

Pela forma de vestir:

“Eu via o seu Lula na porta, não tirava a gravata do pescoço [...] Muito solene, muito parecido com aqueles senhores arruinados da Califórnia.” (ME, p.121)

Pelos móveis e adornos:

“Nas visitas ao Santa Fé demorava-me a olhar os quadros, os candeeiros bonitos, os tapetes, os móveis ricos de lá.” (ME, p.123)

Um outro ponto de interação entre o ambiente da **casa-grande**, a **senzala**, e o **peçoal do eito** é a cidade. Os parentes de Re-

cife tinham outros hábitos e causavam-lhes admiração, exercendo nestes, fortes influências, inclusive no vocabulário.

Falavam francês, iam a teatros, liam romances. Esses hábitos eram, até então, desconhecidos pelos da **casa-grande**, como se pode confirmar nas seguintes passagens:

“Estavam no engenho passando uns tempos umas parentas do Recife. Era uma gente que não tirava as meias da manhã à noite, falava francês uma com a outra, só conversava negócios de teatro: o tenor tal, que belo homem. A artista fulana, que chique!”(ME, p.119)
[...]

“As filhas do Tio João, quando chegavam no engenho, revolucionavam os hábitos pacatos da casa-grande. Só viviam trancadas nos banhos mornos, dando trabalho às negras, lendo romances nas cadeiras de balanço.”(ME, p.138)

A visita dos parentes da cidade à **casa-grande**, como se viu, provocava grandes mudanças no Engenho Santa Rosa.

Observemos, a esse respeito, a seguinte citação:

“O Santa Rosa com as meninas do Tio João parecia outro. A sala de visita aberta o dia inteiro, as negras conversando baixo na cozinha, a Tia Maria de vestido de passeio, os moleques vestidos, sem as bimbinhas de fora. Às tardes, visitas de outros engenhos; brinquedos de prendas de noite, conversas sobre a moda e queijo-do-reino na mesa.”(ME, p.139)

Dessas observações, verifica-se que as mudanças socioculturais ocorridas no engenho, refletiam-se, também, na língua.

Constituindo-se o ponto intermediário entre a **casa-grande** e o **eito** encontra-se a **senzala**. E, no Engenho Santa Rosa, a abolição não acabara o cativo, a **senzala** do tempo da escravidão ali permanecera. Esse tipo de morada popular estava em constante interação com a outra realidade - a **casa-grande** do latifundiário, do monocultor escravocrata. A **senzala** era, pois, constituída por uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. Viviam naquela relativa miséria, trabalhando sem remuneração, embora felizes, mesmo na servidão, com muita dedicação à **casa-grande**. Os trechos a seguir comprovam:

"O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão."(ME, p.99)
[...]

"As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos."(ME, p.99)
[...]

"A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabras do eito."(ME, p.194)

A posição social da **senzala** e todas as suas formas de exteriorização provam a sua dependência do poder do senhor. Essa dependência verifica-se sob todos os aspectos e, sendo a língua um produto social, não haveria de ser diferente. Realmente, os falantes da **senzala** caracterizam-se por apresentar uma linguagem de menor prestígio, gíria e expressões grotescas de informalidade, condizentes com a sua condição social e visão de mundo.

O outro contexto, de importância considerável para esse estudo, é o **eito**, pois grande parte dos elementos que o integram inserem-se na **senzala**.

O **eito** retrata o campo de atuação ligado ao trabalho árduo da atividade canavieira. Era constituído, em sua grande maioria, por homens rudes, de forte resistência física, que trabalhavam de sol a sol, sob a vigilância de um feitor do senhor de engenho. Comprovemos:

"Estavam na limpa do partido da várzea. O eito bem pertinho do engenho. Da calçada da casa-grande viam-se no meio do canavial aquelas cabeças de chapéu de palha velho subindo e descendo no ritmo do manejo da enxada: uns oitenta homens comandados pelo feitor José Felismino, de cacete na mão, reparando no serviço deles. Pegava com o sol das seis, até a boca da noite."(ME, p.131)

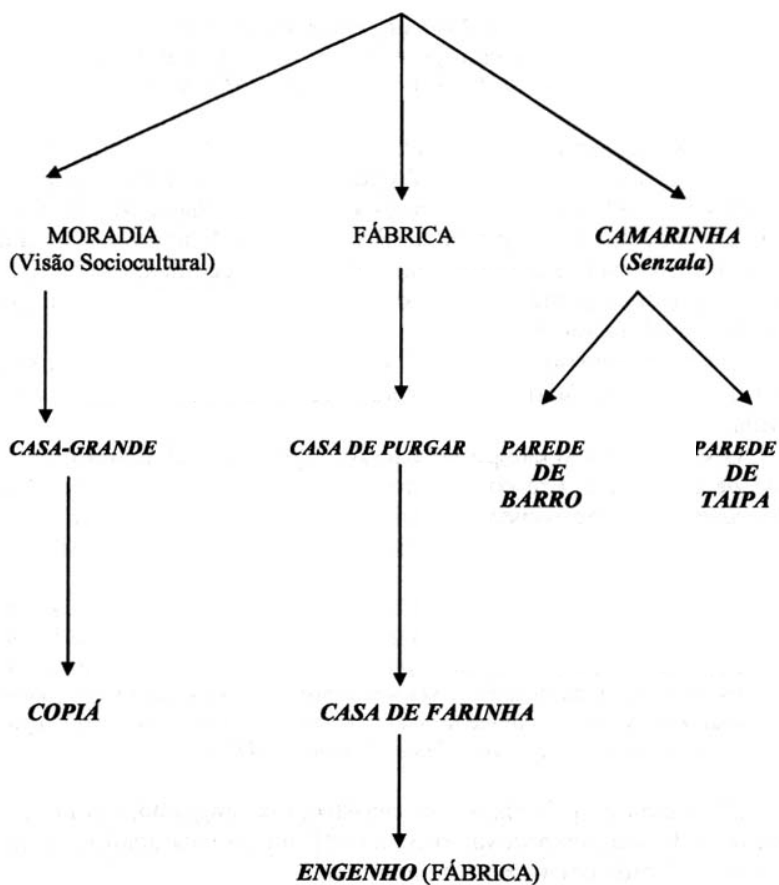
São essas as principais características do **engenho**, como propriedade e de sua perspectiva sociocultural, a partir da análise do vocabulário utilizado em *Menino de engenho*.

CAMPO CONCEITUAL & REDE SEMÂNTICA

3. CULTURA

3.1. MATERIAL

3.1.1. ENGENHO (CONSTRUÇÃO)





JOSÉ LINS DO REGO à época da criação de MENINO DE ENGENHO.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA SOBRE JOSÉ LINS DO REGO

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

AZÊVEDO, Neroaldo Pontes de. *José Lins do Rego: trajetória de uma obra*. João Pessoa: FECP, 1996.

- CARPEAUX, Otto Maria. José Lins do Rego. In: *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação. 1959, p. 280-82.
- CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo: EDART, 1961.
- _____. José Lins do Rego e a criação do ciclo da cana-de-açúcar. *Diários Associados*. Rio de Janeiro: 12 jan. 1956. Edição Especial dedicada ao Açúcar.
- _____. Memória e regionalismo. In: REGO, José Lins do. *Romances reunidos de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CAVALCANTI, Valdemar. "Menino de engenho". *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro: 19, jun. 1932, p. 19.
- COUTINHO, Edilberto. *O romance do açúcar. José Lins do Rego, vida e obra*. Rio de Janeiro: José Olympio/INL-MEC, 1980.
- COUTINHO, Odilon Ribeiro. *José Lins do Rego, perda e reparação*. Natal: Ed. Part, 1961.
- COUTINHO, Afrânio. *José Lins do Rego*. Org. por Eduardo F. Coutinho & Ângela Bezerra de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FUNESC, 1991.
- GARBUGLIO, José Carlos. Fôlego de gato (O regionalismo e suas versões). In: *Acta Semiótica et Lingüística*. São Paulo: Global, 1979.
- INOJOSA, Joaquim. Esta carta ao Zé Lins. *Jornal do Commercio*. Recife, 4 jun. 1922.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 142.
- PONTES, Maria das Neves A. de. *A influência da língua falada em Menino de engenho, de José Lins do Rego*. João Pessoa: Academia Paraibana de Letras, 1992.
- _____. Visitando José Lins do Rego e seu *Menino de engenho*. In: *Revista da Academia Paraibana de Letras*. Nº 11, João Pessoa, 1994.
- _____. Linguagem Regional/Popular em *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego: uma perspectiva etno-sociolingüística. - Associação Portuguesa de Lingüística – Aveiro-Portugal – SETEMBRO/99.
- _____. Do Conceito de Cultura a Cultura Popular - Revista da Pós-Graduação em Letras – Graphos - 1999.
- _____. Engenho Santa Rosa: perspectiva sociocultural I - Jornal do Comércio – Rio de Janeiro/RJ – JULHO/1999.
- _____. Engenho Santa Rosa: perspectiva sociocultural II - Jornal do Comércio – Rio de Janeiro/RJ – JULHO/1999.

- ____. *Clima & Hidrografia em Menino de Engenho*, de José Lins do Rego: uma análise sócio-etnolingüística – Fortaleza/CE – SETEMBRO/98
- ____. *Expressões de Língua Falada em Menino de Engenho*, de José Lins do Rego – UFAL - Maceió/AL – ABRIL/99.
- REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 37. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- RONAI, Paulo. De *Menino de engenho a Pedra bonita*, estatuto. In: REGO, José Lins do. *Pedra bonita*, 9. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 8-25 (Col. Sagarana, 53).
- SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. *Nordeste, açúcar e poder; um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba (1920-1962)*. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.
- SOBREIRA, Ivan Bichara. *O romance de José Lins do Rego: ensaio*. 2. ed., João Pessoa: A União, 1979.
- VILANOVA, José Brasileiro Tenório. *Linguagem e estilo de um menino de engenho*. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

BIBLIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

- AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 418.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *Lingüística aplicada aos falares regionais*. João Pessoa: A União, 1983.
- BALDINGER, R. *Teoria semántica - hacia una semántica moderna*. Madrid: Alcalá, 1970, p. 278.
- BALLY, C. *El lenguaje y la vida*. 7. ed., Buenos Aires: Editorial Lozada, 1977.
- BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo: Global, 1981.
- BASÍLIO, Margarida. *Estrutura lexical do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral-1*. São Paulo: Nacional, 1976.
- BERNSTEIN, B. *Langages et classes sociales*. Paris: Ed. de Minuit, 1975.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- ____. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v.22., n. 4, p. 81-96, dezembro de 1987.

- _____. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 131-145.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1990, p.98.
- BORBA, F. da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: CEN, 1970.
- CASCUDO, L. da C. *Geografia dos mitos brasileiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL, 1976, p. 345.
- _____. *Sociologia do açúcar: pesquisa e dedução*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1971. (Col. Canavieira, 5)
- _____. *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, [s. d.], p. 167.
- GARMADI, J. *Introdução à sociolingüística*. Lisboa: D. Quixote, 1983.
- GECKLER, H. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1976.

DICIONÁRIOS E GLOSSÁRIOS

- ALMEIDA, Horácio de. *Dicionário popular paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva et al. *Glossário aumentado e comentado de A bagaceira*. João Pessoa: A União, 1984.
- _____. *A linguagem regional/popular na obra de José Lins do Rego*. João Pessoa: FUNESC, 1990.
- BARBALHO, Nelson. *Dicionário do açúcar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Massangana, 1984.
- CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: UFC, 1982.
- CLEROT, L. F. *Vocabulário de termos populares e gírias da Paraíba: estudo de glotologia e semântica paraibana*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1959.
- MOURA, F. Hugo. Alimentação e linguagem popular. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa: nº 17, 54-71, 1970.
- ODILON, Marcus (org.) *Camumbembe e seus parentes*. Belém: Falangola, 1997.
- SOUTO MAIOR, Mário. *Dicionário folclórico da cachaça*. Recife: 1973.